



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Processo nº 24582/2018

Órgão de Origem: Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB

Assunto: Concurso Público

Ementa: Exame do Edital nº 1, de 27/07/2018, publicado no DODF de 27/07/2018, que regula o concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro reserva para empregos de nível médio e nível superior do quadro de Pessoal da CODHAB. Decisão nº 4188/2018: conhecimento do edital e diligência. Cumprimento de diligência. Acompanhamento do certame. Decisão nº 3676/2019: arquivamento dos autos.

- Desarquivamento dos autos. Análise de Requerimento apresentado por candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital em epígrafe.
- Diligência.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de exame do Edital nº 1, publicado no DODF de 27/07/2018 – Peça 1 (retificado pelo Edital nº 02/2018, publicado no DODF de 10/08/2018, Peça 2), por meio do qual o Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB – tornou pública a realização de concurso público para provimento de 59 vagas efetivas e 177 para formação de cadastro de reserva para empregos de nível médio e de nível superior do quadro de pessoal daquela empresa pública.

2. Quando da Sessão Ordinária nº 5172, de 22.10.2019, a Corte, por meio da Decisão nº 3676/2019 (Peça 31), deliberou no seguinte sentido:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos editais acostados aos autos (peças 20/26), em especial do Edital n.º 10/2019 (DODF de 04.04.2019), que divulgou o resultado final, devidamente homologado, do concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para empregos de nível médio e de nível superior do quadro de pessoal Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, regulado pelo Edital n.º 01/2018, publicado no DODF de 27.07.2018 (retificado pelo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Edital n.º 02/2018, publicado no DODF de 10.08.2018); II – autorizar o arquivamento dos autos”.

3. Nesta oportunidade, promovido o desarquivamento dos autos, procede-se à análise do Requerimento, juntado à peça 38, apresentado por candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital em epígrafe, onde sugerem à Corte que *solicite esclarecimentos junto à CODHAB a respeito do limite constitucional de cargos comissionados ocupados e a nomeação à qual os aprovados no concurso público têm direito subjetivo.*

4. No referido documento, os autores historiam os fatos e as dificuldades que antecederam a realização do processo seletivo, homologado em 03.04.2019, o qual aprovou os candidatos destinados a ocupar as vagas disponibilizadas no certame, bem como aqueles que comporão o cadastro reserva, para, em seguida, apontarem que, até o momento, passados vários meses, ainda não houve nenhuma nomeação.

5. Demonstram que, em detrimento dos candidatos aprovados no concurso público, a CODHAB vem se utilizando de novas contratações, diretamente ou por meio de licitações para a escolha de empresas na prestação dos serviços de natureza técnica. Alegam que, dos 217 atuais empregados da Companhia, 116 foram contratados no ano de 2019, e que, do total, 186 são comissionados.

6. Após argumentarem sobre as diversas medidas e requerimentos que lançaram mão, protocolados na via administrativa para tentar viabilizar o início da contratação dos aprovados no certame, os interessados colacionaram diversos julgados pelos quais restou garantido direito subjetivo à nomeação de candidatos aprovados dentro do número de vagas disponibilizadas em concurso público, para ao final formularem o pedido, nos seguintes termos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

- a) **que notifique o Presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB** sobre o presente requerimento, solicitando informações a respeito dos fatos aqui alegados;
- b) **o pedido, junto a CODHAB, de esclarecimentos a respeito do limite constitucional de cargos comissionados ocupados no órgão e a possível data de nomeação dos aprovados** no concurso público, que inclusive já encontra-se homologado.

(grifos no original)

7. Cabe registrar, nesse ponto, a juntada, às peças 42/44, de documentos oriundos do MPJTCDF, relativos a uma demanda recebida por sua Ouvidoria acerca da contratação de trabalhadores para o exercício de emprego ou cargo em comissão sem concurso público na Companhia.

8. No Ofício nº 37/2019-G1P, de 13.12.2019 (peça 42), endereçado ao Relator dos autos, o Ministério Público delineou a questão demandada, bem como os desdobramentos que se deram a partir de sua atuação, nos termos do excerto que se transcreve:

Em resumo, consta da denúncia que a CODHAB realizou concurso público para o preenchimento do quadro de funcionários, o qual foi homologado em 3/4/2019. Entretanto, segundo o denunciante, a Companhia continua contratando trabalhadores sem vínculo em detrimento da nomeação dos aprovados no concurso. Além disso, informa que a 12ª Vara do Trabalho de Brasília determinou, na Ação Civil Pública nº 00995-2008-012-10-00-0, que a CODHAB deveria providenciar a realização de concurso e “abster-se definitivamente de contratar trabalhadores para o exercício de emprego ou cargo em comissão sem concurso público, ao arrepio do artigo 37, II da CF/88.”

O MPC/DF, por meio do Ofício nº 25/2019-G1P1, solicitou informações à Jurisdicionada que se consoante Ofício SEI-GDF nº 1773/2019-CODHAB/PRESI, em anexo, que encaminhou o Memorando SEI-GEF nº 300/2009 –CODHAB/PRESI/DAGES/GEPES e Despacho SEI – GDF CODHAB/PESI/PROJU, que informam 98 substituições de empregados e diretores sem vínculo e que, quando do lançamento do concurso público, “não



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

se atentou quanto a necessidade de enviar projeto de lei ao então Governador à época, quanto à criação dos cargos próprios da carreira da CODHAB”.

Posteriormente, foi encaminhado Ofício SEI-GDF nº 2090/2019-CODHAB/PRESI, com informações complementares e em anexo o Projeto de Lei de criação da carreira.

9. Por meio dos documentos encaminhados pela CODHAB no atendimento aos questionamentos do Ministério Público, foi informado que houve a contratação, a partir de janeiro de 2019, de 98 (noventa e oito) empregados ocupantes de cargos em comissão em razão da troca de Governo após as eleições de 2018 (peça 43).

10. Registre-se que o Quadro de Composição da Força de Trabalho dos Órgãos e Entidades do GDF, relativamente ao mês de março de 2020, disponível para consulta no endereço eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal¹, indica que a CODHAB conta atualmente com a seguinte força de trabalho: 1 empregado requisitado sem emprego em comissão, 17 empregados requisitados com emprego em comissão e 185 empregados sem vínculo com emprego em comissão. Constata-se, portanto, que a Companhia ainda não deu início às contratações dos concursados que irão integrar o seu quadro próprio de empregados.

11. Deve-se consignar ainda, em relação às exigências para o preenchimento dos empregos em comissão, atualmente não atendidas pela CODHAB, o que prescreve o artigo 19, inciso V, da LODF², bem como o adotado pela Corte na Decisão nº 331/2020, exarada no bojo do Processo nº 18.327/11,

¹ Quadro demonstrativo publicado no DODF de 15/04/2020, elaborado em atendimento aos termos da Decisão TCDF nº 3.306/2018. <http://www.seplag.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/12/Portaria-112.pdf>

² LODF

Art. 19 (...)

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e pelo menos cinquenta por cento dos cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos e condições previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; *(Inciso com a redação da Emenda à Lei Orgânica nº 50, de 2007.)*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

que tratou de Consulta formulada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - Emater/DF, a seguir transcrita:

DECISÃO Nº 331/2020

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do julgamento definitivo da ADI/TJDFT n.º 2012.00.2.016845-4, levantando o sobrestamento imposto pela Decisão nº 5634/12; II – responder à EMATER/DF o seguinte: 1) a regra “pelo menos cinquenta por cento dos cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos e condições previstos em lei”, constante do inciso V do art. 19 da LODF, é válida apenas para os empregos em comissão, excluindo-se, portanto, as funções gratificadas da empresa, privativas dos empregados do seu quadro permanente; 2) os empregos em comissão ocupados por servidores/empregados cedidos de órgão ou entidade do Complexo Administrativo do Distrito Federal inserem-se no cálculo dos 50% (cinquenta por cento) a que se refere o subitem 1; 3) de igual forma, os empregos em comissão ocupados por servidores/empregados cedidos de outras unidades da Federação também se inserem no cálculo dos 50% (cinquenta por cento) a que se refere o subitem 1; **4) antes do provimento de empregos em comissão por empregados/servidores sem vínculo permanente com a Administração Pública do Distrito Federal ou de outra unidade da Federação, há de se observar se a regra mencionada no subitem 1 não será violada, lembrando que ela exige, no mínimo, a paridade entre empregados efetivos e empregados sem vínculo no preenchimento dos empregos em comissão da empresa, podendo o número daqueles (com vínculo) superar o destes (sem vínculo); 5) em decorrência do disposto no subitem imediatamente anterior, não se pode prover empregos comissionados apenas com empregados sem vínculo, ainda que o percentual desses empregos comissionados providos venha a ser menor que 50% do total de empregos comissionados regularmente criados pela empresa; III – autorizar: 1) a devolução do processo apenso à origem; 2) o arquivamento dos autos. (grifamos)***



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

12. Além das exigências já mencionadas para o preenchimento dos empregos em comissão da Companhia, deve-se registrar que, em face do deslinde nas ADIs nºs 2012.00.2.016845-4 e 2014.00.2.023917-7, restou decidido, de forma taxativa, a necessidade de haver paridade entre servidores efetivos e não efetivos por cada órgão administrativo, isoladamente, no que se refere ao percentual previsto na LODF para o preenchimento de cargos em comissão, e não pela totalidade dos cargos/empregos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

13. Observamos ainda que a CODHAB elaborou minuta de projeto de lei (peça 44, fl. 19), encaminhado ao chefe do Poder Executivo local em 10.05.2019, em que propõe a criação de empregos efetivos de nível médio e superior na Companhia.

14. Consta também da peça 44, fl. 33, cópia de manifestação da então Secretaria de Estado de Fazenda do DF, atual Secretaria de Economia, datada de 08.07.2019, contestando a necessidade de edição de lei específica para a criação dos empregos, haja vista, segundo entendeu aquela Secretaria, as disposições da Súmula nº 6 do TST³, bem como o fato de as vagas do concurso já estarem previstas no Plano de Cargos e Salários da Companhia.

15. Nada obstante, sobre a necessidade de lei formal para a criação de empregos públicos nas empresas estatais dependentes do tesouro distrital, a Corte, em resposta à consulta formulada pelo Diretor-Presidente da CODHAB,

³ **Súmula nº 6 do TST**

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ART. 461 DA CLT (redação do item VI alterada) – Res. 198/2015, republicada em razão de erro material – DEJT divulgado em 12, 15 e 16.06.2015

I - Para os fins previstos no § 2º do art. 461 da CLT, só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, excluindo-se, apenas, dessa exigência o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional aprovado por ato administrativo da autoridade competente. (ex-Súmula nº 06 – alterada pela Res. 104/2000, DJ 20.12.2000) (...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

objeto do Processo TCDF nº 19982/2019, deliberou, por meio da Decisão nº 1021/2020, de 15.04.2020, no seguinte sentido:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - conhecer, excepcionalmente, da consulta formulada pelo Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF, por meio do Ofício SEI-GDF Nº 3263/2019 – CODHAB/PRESI, peça 19; II – esclarecer ao Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF que: a) o legislador distrital deixou bem claro na lei que autoriza a criação da CODHAB/DF (Lei nº 4020/2007) que o quadro de pessoal será definido na forma da lei e que a criação dos cargos será definida em Estatuto e Regimento Interno, que será aprovada pelo respectivo Conselho de Administração; b) inexistente, pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Distrito Federal, a obrigatoriedade de os empregos públicos nas sociedades de economia mista e nas empresas públicas distritais serem criados por lei; c) lei distrital pode exigir que os empregos públicos de empresas estatais distritais sejam criados por lei (notadamente naquelas que dependam de recursos orçamentários do Distrito Federal e/ou que prestem serviços públicos); mas a norma deve ser interpretada de modo a não alcançar as empresas não dependentes do tesouro distrital; d) faz-se necessário, na criação de empregos públicos, que os legisladores e/ou gestores públicos considerem, com responsabilidade e prudência, a higidez das finanças públicas com a devida adequação orçamentária e financeira; e) o Supremo Tribunal Federal, na ADIN 4844, julgará a possibilidade de a Constituição Estadual ampliar os limites do contido no art. 61, § 1º, II, a, da Constituição Federal a sociedades empresariais estatais, o que poderá corroborar ou não as conclusões contidas nos itens II e III; III – alertar a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF para o que dispõe o § 2º do artigo 264 do Regimento Interno desta Corte, segundo o qual a resposta à consulta terá caráter normativo e constituirá prejudgamento da tese, mas, não do fato ou caso concreto;

(grifos nossos)

16. Assim, conforme entendeu a Corte, não existe, a rigor, a obrigatoriedade de os empregos públicos nas sociedades de economia mista e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

nas empresas públicas distritais serem criados por lei, o que não se aplicaria, contudo, ao caso da CODHAB, vez que a Lei nº 4020/2007, que autorizou a criação da Companhia, exigiu que o respectivo quadro de pessoal fosse definido na forma da lei.

17. Cumpre assinalar que, em consulta ao endereço eletrônico da CLDF na *internet*, não foi possível localizar qualquer registro de proposição legislativa para a criação de empregos efetivos na CODHAB.

18. Nada obstante, pode-se inferir que a CODHAB aguardava manifestação deste Tribunal para o prosseguimento das medidas necessárias ao envio da proposição legislativa. Contudo, registre-se que a Decisão em apreço já foi encaminhada para conhecimento da própria CODHAB e das demais empresas públicas e sociedades de economia mista do Distrito Federal.

19. Nesse contexto, considerando que não consta dos autos notícia quanto ao prosseguimento da iniciativa do projeto de lei, bem como o que restou consignado pela Corte em resposta à consulta da CODHAB, objeto do Processo TCDF nº 19982/2019, entendemos necessário propor diligência para que a jurisdicionada informe o andamento das providências adotadas para a criação, por meio de lei específica, dos empregos efetivos da Companhia, visando à contratação dos candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital nº 1, publicado no DODF de 27/07/2018, com a consequente substituição dos comissionados.

20. Ademais, entendemos viável sugerir à Corte determinar à CODHAB que se abstenha de nomear novos empregados em comissão até a regularização, por meio de lei, dos empregos efetivos da Companhia, o que possibilitará a contratação dos empregados efetivos a serem selecionados dentre os candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital nº 1, publicado no DODF de 27/07/2018.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Ante o exposto, sugerimos:

- I. tomar conhecimento:
 - a) do Requerimento consubstanciado à peça 38, apresentado por candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital nº 1, publicado no DODF de 27/07/2018;
 - b) do Ofício nº 37/2019-G1P e anexos (Peças 42/44), oriundos do Ministério Público junto ao TCDF;
- II. determinar à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB – que adote as seguintes providências:
 - a) preste, no prazo de 60 (sessenta) dias, os devidos esclarecimentos quanto ao andamento das providências adotadas para a criação, por meio de lei específica, dos empregos efetivos na CODHAB, tendo em conta o que restou decidido por esta Corte na Decisão nº 1021/2020, exarada no Processo nº 19982/2019, que tratou da Consulta formulada pelo Diretor-Presidente da Companhia acerca da necessidade de lei para a criação de empregos públicos nas empresas estatais dependentes do tesouro distrital, de forma a viabilizar a contratação dos candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital nº 1, publicado no DODF de 27/07/2018, em substituição aos empregados comissionados;
 - b) abstenha-se, imediatamente, de promover novas nomeações de empregados em comissão, até a regularização, mediante lei, dos empregos efetivos da Companhia, com a consequente contratação dos empregados efetivos a serem selecionados dentre os candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital nº 1, publicado no DODF de 27/07/2018, haja vista que, atualmente, a CODHAB incorre em irregularidade na



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

ocupação dos empregos em comissão, situação que contraria o prescrito no artigo 19, inciso V, da LODF, bem como está em desacordo com a Decisão TCDF nº 331/2020 e com o que restou decidido em face do deslinde nas ADIs nºs 2012.00.2.016845-4 e 2014.00.2.023917-7, no sentido da necessidade de haver paridade entre servidores efetivos e não efetivos por cada órgão administrativo, isoladamente, no que se refere ao percentual previsto na LODF para o preenchimento de cargos em comissão, e não pela totalidade dos cargos/empregos em comissão e funções de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal;

III. autorizar:

- a) o encaminhamento ao Governador do Distrito Federal, para fins de conhecimento, do que vier a ser decidido por esta Corte de Contas nos autos.
- b) o retorno dos autos à SEFIPE para as providências cabíveis.

À superior consideração.

Brasília, 25 de junho de 2020.

Carlos Antonio Viana de Andrade

ACE – Matrícula 637-8

Assinado Eletronicamente